



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 29/24 VJ, DE 03 DE ABRIL DE 2024

Concede revisão geral de remuneração aos servidores que especifica, regulamenta a aplicação dos índices de reajuste aos servidores do Magistério Público do município de Formosa - GO.

Autoria: Ver. Valdsen José.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA** aprova:

Art. 1º O reajuste dos vencimentos básicos dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Formosa, previstos na Lei nº 219, de 19 de dezembro de 2008, será concedido conforme os mesmos índices e na mesma data estabelecidos anualmente pelo Ministério da Educação, nos termos definidos pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Parágrafo único: O percentual de reajuste no caput será concedido em parcela única, a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Formosa, 03 de abril de 2024.

Γ

Vereador



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 29/24 VJ, DE 03 DE ABRIL DE 2024

JUSTIFICATIVA

A justificativa para o projeto de lei que concede revisão geral de remuneração aos servidores do Magistério Público do Município de Formosa se baseia na necessidade de garantir a valorização e o reconhecimento dos profissionais da educação, bem como o cumprimento da legislação vigente.

A Lei nº 219, de 19 de dezembro de 2008 estabelece a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, garantindo a recomposição das perdas inflacionárias e a valorização do trabalho dos servidores. Já a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 dispõe sobre o reajuste do piso salarial dos professores da educação básica, assegurando a adequação remuneratória e a melhoria das condições de trabalho desses profissionais.

Além disso, a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008 estabelece o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, garantindo um patamar mínimo de remuneração para os professores. É fundamental respeitar e cumprir essa legislação, a fim de assegurar o direito dos professores a uma remuneração digna e condizente com a importância de sua função na sociedade.

Portanto, respaldar a legislação que versa sobre o piso salarial dos professores como direito e política pública é essencial para promover uma educação de qualidade, valorizando os profissionais da educação e contribuindo para a melhoria do ensino e aprendizagem nas escolas municipais de Formosa.

Ante o exposto, apresentamos à consideração dos nobres pares este Projeto de Lei, confiando em sua aprovação.